

QUANDO OS PADRINHOS POLÍTICOS SÃO FAMILIARES RELIGIOSOS: FÉ, HERANÇA E CAPITAL SIMBÓLICO NA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PRISCILA COSTA¹

Kerolaine de Castro Oliveira²
Emanuel Freitas da Silva³

RESUMO

Esse texto tem como objetivo discutir a conversão de capital familiar e religioso em capital político. Para tanto, realiza-se um estudo de caso da mobilização da identidade religiosa evangélica, por parte de pastores que são também parentes, em favor das empreitadas eleitorais de Priscila Costa, vereadora da cidade de Fortaleza. Partindo do referencial teórico bourdieusiano, a partir das noções de campo e de trajetória, analisam-se como laços familiares se transformaram em mobilização política a partir da interpelação da autoridade religiosa a legitimar a empreitada eleitoral em diferentes ocasiões.

Palavras-chave: capital simbólico. Trajetória. eleições municipais.

WHEN POLITICAL GODFATHERS ARE RELIGIOUS FAMILY MEMBERS: FAITH, HERITAGE, AND SYMBOLIC CAPITAL IN PRISCILA COSTA'S POLITICAL CAREER

ABSTRACT

This text aims to discuss the conversion of family and religious capital into political capital. To this end, a case study is conducted on the mobilization of evangelical religious identity, by pastors who are also relatives, in favor of the electoral endeavors of Priscila Costa, a city councilor in Fortaleza. Based on Bourdieu's theoretical framework, using the notions of field and trajectory, the study analyzes how family ties were transformed into political mobilization through the interpellation of religious authority to legitimize the electoral endeavor on different occasions.

keywords: symbolic capital. Trajectory. municipal elections.

Introdução

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 14º Seminário Nacional Sociologia & Política, realizado em 2026 na UFPR, no GT 1 - Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia.

² Mestra em Sociologia (UECE). Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-7714-2520>. Contato: castrooliveirakerolaine@gmail.com

³ Doutor em Sociologia (UFC), Professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Sociologia (UECE), Bolsista de Produtividade (BPI/FUNCAP). Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-6304-4316>. Contato: emanuel.freitas@uece.br

Na eleição municipal de 2024 a evangélica Priscila Bezerra Costa (PL) se consagrou como a vereadora mais votada da história de Fortaleza, com 36.266 votos, em sua segunda campanha de reeleição. O caso da vereadora se constituía como a expressão localizada de um fenômeno mais amplo: a consolidação de mulheres de direita, com forte apelo religioso e conservador e intensa presença nas redes sociais, formatando uma modalidade de presença na cena política contemporânea.

Entre os diversos aspectos que contribuem para compreender esse fenômeno, queremos destacar, aqui, a centralidade da religião como instância de legitimação e produção de sentidos para a atuação de mulheres na esfera pública. A defesa de valores morais, frequentemente associados à proteção da família e das crianças, aparece como eixo estruturante de tal atuação, formatando uma legitimidade construída por meio de diferentes acionamentos: a igreja como espaço formador de disposições e visões de mundo; a família, tanto biológica quanto espiritual, como base moral a partir da qual se atua politicamente; a herança do capital simbólico consolidado de familiares (pais, maridos, avós etc) no campo religioso como potencializador de votos. Esses elementos, articulados, contribuem para a constituição de uma autoridade, dessas mulheres e de Priscila, enquanto agente religiosa no campo político.

Essa dinâmica se insere em um fenômeno mais amplo. Como aponta Carranza (2020), a emergência de uma direita cristã pode ser compreendida como uma resposta, de matriz norte-americana, às transformações culturais associadas ao feminismo, à educação sexual e ao humanismo secular desde os anos 1960. Na mesma direção, Machado (2020) observa que mulheres cristãs conservadoras têm ingressado na política frequentemente vinculadas a campanhas antigênero, construindo suas trajetórias públicas a partir de posições familiares, como filhas e esposas de lideranças religiosas. O protagonismo feminino de direita, especialmente entre mulheres evangélicas, não constitui, portanto, um fenômeno recente, mas um processo em consolidação. Já nas eleições municipais de 2000, no Rio de Janeiro, 23 dos 88 candidatos evangélicos identificados eram mulheres, representando 26% do total. Segundo Machado (2006, p. 51), esse dado expressa a adaptação das lideranças religiosas às mudanças socioculturais, particularmente à ampliação da exigência da presença feminina na esfera pública.

De modo semelhante, Scapini (2017) aponta o crescimento gradual da participação de mulheres evangélicas no Congresso Nacional entre 2002 e 2014, com a duplicação do número de eleitas ao final desse período. Mais recentemente, De Souza (2024) observa que, nas eleições

de 2022, a maioria desses parlamentares estava vinculada a igrejas pentecostais e neopentecostais, além de se situar, em termos ideológicos, no espectro da direita e da centro-direita.

É nesse cenário que se insere Priscila Bezerra Costa, cuja especificidade analítica neste artigo reside na articulação entre pertencimento religioso e herança familiar. Trata-se de uma trajetória ancorada em uma linhagem familiar consolidada no campo evangélico cearense, cuja eficácia simbólica se amplia na medida em que permite o acionamento de uma rede religiosa mais abrangente, que extrapola os limites de uma única denominação. Filha e neta de pastores, foi socializada no interior da Assembleia de Deus Bela Vista, fundada por seu avô, Luís Bezerra da Costa, o que contribui para a constituição de disposições e recursos simbólicos posteriormente mobilizados em sua trajetória política. Essa dinâmica torna-se visível no acionamento de sua linhagem familiar, especialmente por meio da figura de seu pai e de seu tio, José Wellington Bezerra da Costa, que presidiu a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil por quase três décadas, e atualmente ocupa a posição de presidente de honra, tendo sido sucedido por seu filho, José Wellington Bezerra da Costa Jr, primo da vereadora.

Esse capital familiar-religioso não apenas estruturou sua formação, mas também forneceu recursos simbólicos – como o *habitus*, entendido por Pierre Bourdieu (2021) como “um conhecimento adquirido” sistema de disposições incorporadas ao longo da vida, por meio de processos de socialização – que são mobilizados em sua atuação pública, contribuindo para a construção de uma identidade política fortemente associada ao campo evangélico.

Parte-se, aqui, do pressuposto de que os elementos simbólicos que compõem sua vida pública não operam de maneira isolada, mas são articulados como recursos estratégicos àqueles adquiridos durante sua formação profissional (jornalismo) e, no caso das campanhas posteriores à sua eleição, em 2016, à própria atuação política, formatando mais amplamente uma ideia de vocação (Silva & Torres, 2021). Nesse sentido, os vínculos com o campo religioso, frequentemente apresentados como dimensões constitutivas de sua trajetória, são incorporados e performados na construção de sua autoridade política.

Assim, problematiza-se neste texto: de que maneira os laços familiares e religiosos são acionados em campanhas eleitorais para legitimar politicamente Priscila Bezerra Costa?

O objetivo deste artigo é analisar como laços familiares - em suas dimensões espiritual e biológica - constituem elemento estruturante das campanhas eleitorais de Priscila, compreendendo como esses vínculos são mobilizados e convertidos em recursos no interior de

sua trajetória e de suas estratégias de comunicação com o campo religioso. Parte-se da hipótese de que a trajetória de Priscila Costa é estruturada por um capital religioso-familiar, entendido como uma articulação entre pertencimento religioso e herança/linhagem familiar.

Os dados para a análise foram obtidos por meio de análise documental, incluindo sua autobiografia *Uma mulher no Congresso e outra no ventre* (2024) e análise de material de campanha (*folders, posts* em redes sociais, discursos em atos de campanha). A seleção das fontes obedeceu aos critérios de relevância temporal (campanhas de 2016, 2022 e 2024) e da centralidade simbólica (acionamento explícito de laços de parentesco e fé).

Construindo politicamente a herança religiosa

Na teoria bourdieusiana, o campo pode ser entendido como um espaço estruturado pelas relações entre os agentes que dele fazem parte, sendo definido pelas posições ocupadas e pelas regras que o organizam. Nesse campo, que é sobretudo um espaço de hierarquias, as classes dirigentes buscam, em grande medida, delimitar e regular o seu funcionamento por meio da imposição de regras e princípios de legitimidade.

O campo político vem, cada vez mais, sendo plasmado a elementos de legitimidade advindos da gramática do campo religioso. Aqueles que incorporam o *habitus* próprio ao campo religioso falam, agem e pensam de acordo com suas disposições internalizadas, adquiridas ao longo dos processos de socialização específicos pelos quais passaram, e que podem ser tidos como processos religioso de socialização. Soares e Souza (2024) argumentam que a autonomia entre os campos é relativa, e não absoluta; isto é, campos como o religioso e o político, embora possuam lógicas e agentes próprios, apresentam zonas de interdependência cada vez mais difusas. Observa-se, assim, o campo político sendo diretamente influenciado pelo campo religioso.

O caso da família de Priscila interessa-nos de várias maneiras. Ser filha, neta e esposa de pastor evidencia o papel da família como instância organizadora dos modos de inserção social e institucional, especialmente no que diz respeito à hierarquia de gênero. Trata-se de uma dinâmica que opera de forma desigual ao legitimar institucionalmente figuras masculinas por meio do matrimônio e da linhagem familiar.

Diferentemente de outras trajetórias femininas no universo cristão, não foi, primeiramente, o casamento com um pastor o principal vetor de inserção ou de legitimidade de

Priscila; antes disso, foi sua herança familiar, decorrente de sua condição de filha de pastor, que lhe garantiu posições específicas de visibilidade e autoridade no campo político a partir da mobilização de sua identidade evangélica. Inserida em uma lógica de transmissão familiar do capital religioso, observa-se que o único cargo formalmente inacessível a ela é o de pastora, função que, após o casamento, é institucionalmente atribuída ao marido, mas cuja dimensão simbólica também recai sobre ela, na condição de esposa.

Nesse sentido, sua trajetória revela uma experiência marcada por ambivalências: os mesmos dispositivos que delimitam sua atuação no campo religioso, ao restringirem seu acesso a determinadas posições formais, são também aqueles que lhe conferem capital simbólico, autoridade moral e reconhecimento social. Essa ambiguidade é central para compreender sua atuação no campo político, uma vez que tais recursos, ainda que produzidos no universo religioso, são estrategicamente mobilizados para legitimar sua presença e ampliar sua inserção na esfera pública.

O parentesco e a linhagem familiar assumem grande relevância no interior das Assembleias de Deus. A igreja por ela frequentada, a Bela Vista, ao seguir o rito tradicional assembleiano, confere-lhe um capital reconhecido nesse sistema de relações no qual sua trajetória é forjada. Esse capital simbólico, no entanto, não é apenas religioso nem restrito à instituição formal da igreja. O pastor, especialmente o pastor-presidente - como é o caso de seu tio-avô, Wellington Bezerra da Costa, e de seu pai, José Teixeira Rego, atual pastor-presidente da Assembleia de Deus Bela Vista - concentra um poder, exercido por meio de um estilo de liderança patriarcal, marcado por redes de confiança e autoridade baseadas na tradição e no parentesco. Persiste, nesse contexto, uma forte tendência de utilização do capital familiar para a manutenção de linhagens nos altos cargos da igreja, o que se traduz na transferência de posições de pais para filhos, genros, sobrinhos, cunhados e netos.

As relações de parentesco e os vínculos com a hierarquia eclesiástica constituem posições relevantes nesse espaço, conferindo papéis simbólicos específicos aos agentes. No Brasil, famílias na política constituem uma forma tradicional de manutenção de legados, sendo recorrente a reprodução do capital familiar tanto na política quanto na igreja, que opera segundo lógica semelhante. Desse modo, Priscila não se encontra à margem das hierarquias; ao contrário, é precisamente a partir delas que sua trajetória se torna possível. São essas estruturas hierárquicas que moldam seu percurso e lhe conferem condições simbólicas e materiais para que, no campo religioso, seja reconhecida como uma agente pública em sua defesa. Trata-se,

portanto, não apenas de limitação, mas de uma condição de possibilidade, na qual as hierarquias simultaneamente restringem e produzem formas específicas de agência.

É a partir da interpretação do acúmulo e da conversão de capitais que compreendemos que os padrinhos políticos de Priscila são, sobretudo, membros de sua própria família inseridos no campo religioso. Assim, seu caso indica que o lugar da participação feminina cristã não se realiza prioritariamente na igreja, por meio da ocupação de cargos ou da redefinição de posições hierárquicas. Esse campo permanece marcado pela reprodução das desigualdades e pela manutenção do *status quo*. Essa dinâmica corrobora a tese de que, diante das restrições eclesiais, a política torna-se o campo de compensação onde as mulheres ligadas a linhagens religiosas exercem o protagonismo que lhes é restrito no ambiente institucional da igreja.

Por outro lado, as condições que possibilitam a ascensão de uma mulher evangélica a um cargo político constroem-se a partir de múltiplas dinâmicas históricas e relacionais. O capital simbólico oriundo do campo religioso, marcado por posições e disputas de poder próprias desse espaço, articula-se, no caso da família Bezerra Costa, a um capital político acumulado ao longo de décadas. Esse capital é mobilizado no campo político por meio de disposições específicas, nas quais Priscila evoca esse poder simbólico para impor significados e normas, contribuindo para a construção da realidade social tal como enunciada em suas plataformas eleitorais e em seus mandatos como vereadora de Fortaleza.

Suas condições de acesso ao campo político estão diretamente relacionadas à sua trajetória no campo religioso. Jornalista formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sua atuação na igreja foi central para o desenvolvimento de habilidades comunicacionais e disposições sociais que favoreceram sua inserção na política. Desde cedo assumiu responsabilidades congregacionais, construindo sua expressão pública a partir da condição de filha de pastor e da participação constante nas atividades eclesiais, estando “sempre envolvida nas atividades da Igreja” (Costa, 2024, p. 41).

Sua atuação como apresentadora do programa de rádio *Vida Abundante* contribuiu para a construção de capital simbólico junto ao público evangélico, sendo reconhecida, segundo a própria autora, como experiência decisiva para sua percepção de representatividade política (Costa, 2024, p. 74). Sua entrada na política, portanto, não deve ser compreendida como evento isolado ou fruto de vocação individual, mas como resultado de um reconhecimento previamente construído no interior do campo religioso graças à sua pertença familiar. Essa dinâmica insere-se em um processo mais amplo, no qual mulheres vinculadas a famílias de pastores ocupam

posições de destaque, frequentemente consolidadas como “celebridades da fé”, como Elisete Malafaia, Ana Paula Valadão, Cristiane Cardoso e, no contexto cearense, a bispa Vanessa Lima (Campos, 2011; Campos, Souza; 2017; Castro, 2025).

A família escamoteada pela religião, a religião consolidando a família

O caso de Priscila Costa articula uma herança familiar marcada pelo estabelecimento no campo religioso e por vínculos históricos com o campo político institucional. Embora se autodefinha como “filha de evangélicos” e não como “filha de políticos”, sua trajetória evidencia a imbricação entre autoridade espiritual, legitimidade institucional e redes de poder ao longo de gerações. Essa autodefinição opera menos como negação de uma herança política e mais como recurso discursivo de naturalização de sua trajetória, reforçando a continuidade entre fé, família e política, ao mesmo tempo em que oculta sua dimensão propriamente política.

Desse modo, ao ingressar no campo político, agentes como Priscila passam a atuar em uma estrutura de forças já estabelecida, disputando espaço com agentes tradicionais. Esse movimento não configura ruptura, mas uma reconfiguração estratégica. Trata-se da incorporação de um *habitus* e de um *ethos* religioso à lógica política, utilizados como recursos de legitimação e comunicação eleitoral.

O apoio contínuo de seu tio-avô exemplifica não apenas uma herança familiar, mas a atuação de um agente religioso com projeção nacional. O vídeo publicado em sua campanha para deputada federal pelo Ceará, em 2022, evidencia a centralidade dessas redes familiares na consolidação de sua trajetória política. O pastor possui atuação política explícita, com declarações públicas de apoio a candidaturas de direita, incluindo a de Jair Messias Bolsonaro, além de filhos que ocupam cargos eletivos. O vídeo direcionado aos fiéis cearenses, no qual solicita votos para Priscila, constitui prática recorrente entre líderes religiosos e demonstra como as disputas políticas também se expressam no interior do campo religioso. Vejamos a imagem, e o título que vem acompanhado:

Figura I- Presidente da Assembleia de Deus no Brasil (CGADB) apoia Priscila Costa.



Fonte: Costa (2022)

Observe-se que, antes de tudo, a postagem se apresenta institucionalmente – é a Assembleia de Deus no Brasil, e a CGADB, quem fala; depois, é o pastor quem manifesta seu apoio (“Quem vos fala é o pastor”), ocultando qualquer relação, pela imagem, de parentesco com Priscila, que é apresentada como “uma jovem que tem se destacado, não somente no trabalho do Senhor, na Igreja, mas também na vida política e administrativa da cidade de Fortaleza” – não é, pois, a sobrinha, mas a fiel discípula. O conteúdo do vídeo é o seguinte:

Eu desejo cumprimentar nossos queridos irmãos e os muitos amigos da minha terra, o Ceará, com a paz do Senhor. *Quem vos fala é o pastor* José Wellington Bezerra da Costa, pastor da Assembleia de Deus em São Paulo. Aí em Fortaleza, em todo o estado, vocês têm uma jovem que tem se destacado, não somente no trabalho do Senhor, na Igreja, mas também na vida política e administrativa da cidade de Fortaleza. Ela tem representado com honra a Deus e ao povo de Fortaleza em todos os problemas sociais dessa cidade. É uma voz que não se cala, e que tem muita coragem. Essa jovem agora é candidata a deputada federal: Priscila Costa. O seu número é 2288. Eu faço um apelo especial para que todos nós, evangélicos, levemos para todos os órgãos legislativos o maior número possível de representantes evangélicos. Precisamos mostrar ao Brasil que Jesus Cristo salva, cura, batiza com o Espírito Santo — e que os evangélicos estão participando ativamente da vida administrativa do nosso país. Queridos irmãos e amigos, até o dia 2 de outubro. E no dia 3, nós queremos orar e agradecer ao Senhor, porque vocês nos atenderam e Priscila Costa foi eleita deputada federal. Um abraço para todos vocês. (Costa, 2022).

A ênfase na autoridade religiosa, e não no parentesco, é reforçada também na legenda da foto, com o objetivo de apresentar uma referência do campo evangélico que declara apoio direto à candidatura. Nesse contexto, a noção de “evangélicos na política” ultrapassa fronteiras

territoriais. Ao se apresentar como pastor da Assembleia de Deus em São Paulo, Wellington mobiliza uma autoridade religiosa de alcance nacional, acionando um capital simbólico reconhecido por uma comunidade que excede o espaço local. Esse capital é ativado por interpelações diretas, como “queridos irmãos” e “amigos da minha terra”, que reforçam a identificação confessional e produzem pertencimento coletivo.

O apelo para ampliar a presença evangélica nos órgãos legislativos converte capital religioso em capital político, ao associar o voto à fé e configurá-lo como prática coletiva orientada por critérios confessionais. Ao legitimar publicamente a candidatura de Priscila Costa, o pastor realiza uma transferência simbólica de seu próprio capital religioso. Essa legitimação decorre menos do vínculo familiar e mais da posição que ocupa no campo religioso, conferindo eficácia simbólica à sua fala.

Essa lógica também aparece na forma como a própria Priscila narra sua trajetória. Em sua autobiografia, a vereadora afirma que a igreja foi o “berço” de sua vida e que sua consciência política se formou em vivências religiosas e congressos missionários dos quais participou, articulando fé, missão e dever político.

Durante suas campanhas eleitorais esse capital religioso-familiar manifesta-se concretamente por meio da presença do pai em eventos, do apoio do tio-avô no rádio na tv e nas redes e pelo uso da igreja, por meio de eventos, como espaço de mobilização eleitoral.

Reconhecendo a Igreja quase como uma extensão familiar, Priscila diz o seguinte:

A igreja sempre foi a minha casa e o berço dos sonhos de Deus para mim e minha família, mas, acima de tudo, é um lugar que me deu raízes profundas. Cresci na congregação fundada pelo meu avô, o pastor Luiz Bezerra da Costa, há seis décadas. Curiosamente, ele também foi deputado estadual, embora, quando eu nasci, ele já não ocupasse mais nenhuma função pública e não tivesse influência direta em minha eleição. Meu avô cumpriu um mandato para o qual foi eleito durante a juventude e, depois, se dedicou ao direito e à vida ministerial, ajudando muitas igrejas em todo o Brasil a escrever os estatutos que regem cada instituição. Ele faleceu quando eu era criança, e meu pai, o pastor José Teixeira Rego Neto, assumiu a liderança da nossa comunidade. Por exemplo, eu não pensava em ter uma vida política, embora sempre tivesse usado minha voz para me posicionar pelo que acredito, ciente da importância de os cristãos estarem envolvidos com o que acontece nas instituições que conduzem as leis. Essa consciência foi formada durante a minha infância e adolescência, principalmente nos anos em que participei de congressos e encontros que mostravam a realidade do campo missionário. Neles, ouvimos sobre como era a vida em países fechados ao evangelho e como os cristãos podem ser usados em diversas áreas da sociedade para promover uma sociedade mais justa. (Costa, 2024, p.71-72).

A origem legitimadora de sua atuação política está ancorada na Igreja e na família religiosa, evidenciando uma memória fortemente imbricada entre família sanguínea e família de fé – sua família biológica é, também, sua família de fé; fé é (sua) família, sua família é (sua) fé. A partir desse lugar de pertencimento, Priscila se apresenta ao campo político, o que sinaliza, tanto para si quanto para o público, a ausência de interesses individuais e a defesa de objetivos coletivos, em especial a missionariedade cristã, sustentando a ideia de que os cristãos devem estar engajados na política.

O recurso à duplicidade familiar opera como capital religioso-familiar convertido em capital político na medida em que ela não apenas possui vínculos familiares, mas também se legitima como pertencente a esse universo, podendo falar em seu nome. Desse modo, há uma despolitização das intenções políticas, uma vez que seu interesse é apresentado como religioso, e a política aparece como instrumento para a realização de uma missão religiosa.

Se o capital político e a linhagem religiosa não lhe conferissem autoridade moral diante de um determinado grupo, não poderia ser explicado o papel que seu pai ocupa em suas campanhas. Trata-se, portanto, também do acionamento da memória coletiva do legado familiar religioso, de tios e avós, bem como da imagem e da importância que sua família detém como família religiosa. Observemos na imagem a seguir:

Figura II – Pr. Teixeira vota e apoia Priscila Costa



Fonte: Costa (2016).⁴

⁴ Na legenda do post no perfil oficial da parlamentar em 30 de setembro de 2016: “O pai da nossa candidata é, com certeza, seu principal apoio por toda a vida. Pastor Teixeira vota e apoia Priscila Costa 28100”.

Não se trata apenas do apoio do pai de Priscila à sua candidatura; trata-se do pastor da Igreja Assembleia de Deus Bela Vista, que ocupa o mais alto cargo na hierarquia eclesiástica, detendo autoridade espiritual e institucional sobre comunidade de fiéis. Nesse sentido, o título de “pastor Teixeira” opera como uma chancela simbólica de autoridade, de modo que, embora não exerça função política formal, sua influência se estende ao campo político, contribuindo como apoio religioso para a vida pública de sua filha.

O elemento familiar-religioso opera de forma tão forte na construção simbólica de sua imagem que se apresenta como algo mais amplo. Quando ela defende a “família tradicional”, está defendendo, sobretudo, a doutrina familiar e o sistema hierárquico ao qual pertence, bem como a manutenção da estrutura familiar-religiosa da qual participa como legitimadora e organizadora da sociedade. E embora pareça ambígua a relação entre família e política, o objetivo de Priscila é não se apresentar como herdeira de familiares na política, ainda que, como veremos, ela recorra a isso como estratégia, mas sim como herdeira de um legado religioso.

Na campanha à reeleição, em 2024, Priscila busca resgatar essa herança familiar e se definir a partir dela em material de campanha distribuído em seu comitê publicizado em suas redes, narrando a própria vida por meio da seção “*Conhecendo Priscila...*”. Segundo Bourdieu (2006), a noção de “ilusão biográfica” pode ser compreendida a partir da ideia de que a trajetória não existe como uma continuidade natural ou espontânea, mas como construída discursivamente e de forma intencional. Desse modo, a ideia de trajetória deve ser compreendida como um efeito de organização narrativa, tal como Priscila o faz, produzindo a crença numa coerência retrospectiva, articulando elementos selecionados da sua vida. Podemos identificar essa construção a partir dos seguintes elementos:

Figura III- C A voz da família cristã



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

A construção da imagem política de Priscila se organiza na apresentação de quem ela é e da razão pela qual o é como é, ou seja, observa-se uma sucessão e uma organização discursiva. Quem a apresenta inicialmente é a família sanguínea, o pai e a mãe. Apresentada a partir de suas origens familiares, a legitimação de sua identidade passa pela figura dos pais. Nesse momento, quem “introduz” Priscila são seus próprios pais, acionando uma narrativa de pertencimento e origem que desloca a construção da política. Na sequência, sua trajetória já não é definida pelo papel de filha, ela faz isso se definindo a partir do outro: esposa e mãe, como podemos ver na continuação:

Figura IV- A voz da família cristã



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

No Brasil, famílias na política constituem um mecanismo tradicional de manutenção de legados, sendo recorrente a reprodução do capital familiar tanto no campo político quanto no religioso, que opera segundo lógica semelhante. Figuras como Priscila mobilizam esse legado e, ao mesmo tempo, adaptam esse capital às dinâmicas e exigências do espaço político. O capital familiar torna-se, portanto, um recurso fundamental para consolidar e expandir sua presença pública, conferindo-lhe legitimidade religiosa e política.

Nesse sentido, os vínculos familiares e religiosos produzem politicamente Priscila ao funcionarem como capital simbólico herdado, reconhecido e valorizado no campo religioso. Esses vínculos são constantemente acionados como forma de reafirmar sua legitimidade de pertencimento, operando como mecanismos de legitimação moral e como redes de apoio e reconhecimento. Ao serem mobilizados em sua trajetória, convertem-se estrategicamente em capital político. Ao mesmo tempo, permitem a construção de uma narrativa em que sua atuação é apresentada como missão religiosa, o que contribui para a despolitização de sua inserção no

campo político. Assim, sua trajetória é discursivamente construída como exterior à lógica tradicional da herança política, ainda que, na prática, mobilize recursos familiares de forma estratégica, sustentados pela crescente interpenetração entre religião e política, na qual a autoridade religiosa exerce influência direta sobre a esfera política.

Considerações finais

Priscila Costa não se apresenta como pastora ou missionária, tampouco como protagonista autônoma; constrói-se, antes, como herdeira de um chamado familiar que não é diretamente político, mas sobretudo marcado por uma dupla herança, espiritual e familiar. Sua atuação não se ancora na defesa de uma instituição específica, ainda que seu pai, avô e marido ocupem posições pastorais, mas em uma noção ampliada de pertencimento, voltada à defesa dos “irmãos em Cristo”. Contudo, o caso de Priscila apresenta especificidades.

Observa-se, de forma crescente, a inserção de mulheres na política, muitas das quais constroem, em seus contextos sociais, bases eleitorais, reconhecimento e influência, legitimando sua atuação. Nesse processo, passam a desempenhar, no campo político, a defesa da família, valendo-se do apoio e da autoridade moral de lideranças do campo religioso. Em geral, são lideranças masculinas que lhes conferem as qualidades necessárias, atribuindo-lhes a missão de preservar valores religiosos. Dessa forma, outorgam-lhes credibilidade e confiança, assegurando que não romperão com as hierarquias religiosas. Ao contrário, essas mulheres ingressam na política a partir de uma agenda conservadora, buscando ampliar, no campo político, crenças e valores oriundos do campo religioso. O caso de Priscila Costa, portanto, não representa uma ruptura com estruturas tradicionais de poder, mas sua reconfiguração, na qual religião, família e política se articulam como mecanismos de reprodução e atualização da autoridade no espaço público.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2021.

BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], n. 102, p. 89-105, 2015.

CAMPOS, Roberta Bivar. O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2011.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; SOUZA, Alana. Godllywood de Cristiane Cardoso. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 60, n. 2, p. 487-512, 2017.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (ed.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

COSTA, Priscila. **Uma mulher no Congresso e outra no ventre**. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2024. 190 p.

COSTA, Priscila. **A voz da família cristã**. Fortaleza, 2024. Folder. Acervo da pesquisadora.

COSTA, Priscila. **Presidente da Assembleia de Deus no Brasil (CGADB) apoia Priscila Costa**. [Post]. 29 set. 2022. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CjHDT2lu3DU/?igsh=MThqb211bnNkOG9lYw==>. Acesso em: 16 jun. 2026.

COSTA, Priscila. **Pr. Teixeira vota e apoia Priscila Costa**. [Post]. 25 set. 2016. Facebook. Disponível em: <https://share.google/hpFN9lEXlgPqq3lbN>. Acesso em: 16 jun. 2026.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. A instrumentalização de gênero e religião nas eleições brasileiras de 2022: o(s) voto(s) das mulheres evangélicas. **Estudos de Religião**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 113–131, 2024.

OLIVEIRA, Kerolaine de Castro. **A guerra (cristã) é feminina: uma análise discursiva do congresso das mulheres guerreiras**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Itapipoca, 2025.

SILVA, Emanuel Freitas da; TORRES, Monalisa Lima. Pertencimento religioso e vocação política: estudo de caso acerca das razões religiosas do exercício parlamentar. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 4, n. 32, p. c25796, 2021.

SOARES DUARTE DE MOURA, Rafael; DE SOUZA PINTO, Luiz Eduardo. Dinâmicas de poder e capital simbólico na política e na religião no Brasil: uma análise da Igreja Católica a partir de Bourdieu. **Estudos de Religião**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 235–262, 2024.



Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 12, n. 1, jun. 2026
Dossiê Entre a Província e a Corte: Estado, Política e Sociedade no Brasil Imperial
ISSN: 2447- 5548

Recebido em: 14 maio 2026.

Aceito em: 23 maio 2026.